

Nossas Hidrelétricas – Perjúrio

HOLTZ, Abel. “Nossas Hidrelétricas – Perjúrio”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2017.

No passado, um ícone do setor elétrico brasileiro, a fonte hidrelétrica sempre esteve como prioritária no suprimento da demanda do nosso País. Apesar das ações para desmerecê-la ela continua ainda a ser a maior contribuinte à nossa matriz de geração. Agora, estigmatizada e impedida de crescer a despeito do enorme potencial ainda a ser explorado, claro que, observando as novas condições que vêm sendo estabelecidas, não deveria estar sendo impedida de continuar fortemente contributiva por ser ainda mais, uma fonte renovável, e serem construídas as respectivas usinas explorando o potencial remanescente.

Recentes notícias na imprensa revelaram que existem estudos para diminuir os prazos das concessões. Caso venha se tornar realidade esta afirmativa, a medida será a pena de morte desta fonte renovável cujo combustível é dependente unicamente da hidrologia da bacia, sem custos. Mas, sabemos que o investimento é alto, ainda mais, quando além da usina se tem que fazer inversões em nas comunidades próximas que deveriam ser executados pelo Estado, enfrenta greves e distúrbios durante sua construção além de mudanças de humor na obtenção das licenças ao longo de sua implantação e muitas vezes tem que aguardar a finalização do sistema de transmissão para escoar sua produção. Infelizmente, o estabelecimento de um “project finance” junto a bancos fica inviabilizado.

Outro tema que afetará sobremaneira a fonte hidrelétrica será a separação de lastro e energia porque, diferentemente das térmicas, o custo de implantação como já referido é muito mais alto e a metodologia para estabelecer a remuneração da energia teria que necessariamente esquecer a modicidade tarifária e aí, e se isto não ocorrendo, perguntar-se-ia: quem vai financiar um empreendimento no qual as incertezas do preço da energia ao longo do tempo oscilará como vem oscilando o PLD nos últimos anos, o que levaria a custos com financiamento impossíveis de serem contemplados num projeto desta natureza? O mero estabelecimento do lastro e sua apresentação junto aos bancos para a obtenção de empréstimo com taxas de juros adequadas que permitam o retorno financeiro também ao empreendedor e custos da energia adequados, não parece ser viável.

Cabe ainda lembrar que com as recentes decisões quanto ao financiamento pelo principal financiador público destes empreendimentos e sem o correspondente avanço de estruturas de financiamento por bancos privados, acentuam as dificuldades de empreender. As receitas auferidas nos primeiros 15 a 18 anos de operação da usina, depois de sua construção, serão destinadas ao pagamento dos empréstimos de responsabilidade de empreendedor junto aos bancos e outros financiamentos. Se o prazo de concessão for de fato modificado aí não terá investidor para sua implantação, pois, se adotado 25 anos em lugar dos 30 atuais, o retorno ao investimento propiciado pela receita do período remanescente ao pagamento dos empréstimos não será suficiente para atrair investidores. Haverá outros investimentos com menor risco de implantação e de melhor retorno. Aí, a sentença de morte será executada.

Sem querer esgotar o tema dos problemas que afetam a fonte cabe lembrar que o MRE quando criado, a fonte reinava no sistema elétrico brasileiro, e, praticamente, os sistemas interligados eram dois e em regiões de hidrologia bem complementares e as crises hidrológicas eram bem administradas pelo mecanismo até porque a demanda era bem diferente daquela dos dias atuais. Hoje quando temos hidrelétricas que tem potencia maior que 10 mil MW e produzem nos períodos secos algo como 1,1 mil MW e nos períodos úmidos cerca de 7,7mil MW temos um arco muito extenso para adequar ao resto do sistema, considerando a crise hidrológica que se acentuou nos últimos anos num sistema que interligou diferentes bacias, fica impossível receber pelo excedente gerado para o MRE menos de 10% (dez por cento) do que pagaria pelo montante não performado pela exposição quando da baixa hidrologia. Se antes o MRE era um privilégio de segurança, onde todo mundo queria entrar (eólicas e biomassas, lembram?), hoje ele é uma maldição em que cogitar seu fim deixou de parecer heresia.

Bem, por fim, parece que deveríamos pensar como seriam aplicáveis tais regras também às usinas binacionais que podem ou já foram construídas na fronteira com nossos vizinhos. Seria o caso de ter um regramento para usinas no território e outro para binacionais? Sendo este o caso como contemplar a concordância do regramento com nossos parceiros nos empreendimentos binacionais?

Assumimos que os temas merecem um aprofundamento das consequências advindas da sua eventual implantação para que não criemos mais um “puxadinho” no novo modelo pela alocação inadequada de riscos, que hoje, vêm gerando a judicialização no setor.

A energia hidrelétrica é limpa, segura, de longa vida útil e os custos globais propiciam energia a preços módicos. Nada contra as novas fontes, mas abdicar desse potencial não faz sentido nenhum se nosso País ainda sonha em ser uma potência geopolítica e econômica. Não há impacto ecológico maior do que a falta de visão de longo prazo, que infelizmente se reflete na atual proposta de reforma setorial.

Abel Holtz é engenheiro e empresário estuda e desenvolve trabalhos na área de concessões particularmente no setor elétrico